

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

Lucas Vinícius de Oliveira Rosa

**OS PELOTÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA NO COMBATE AOS PROBLEMAS
DE NATUREZA GEOPOLÍTICA E SECURITÁRIA NA REGIÃO AMAZÔNICA NO
SÉCULO XXI**

**Resende
2023**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA PROFISSIONAL

TÍTULO DO TRABALHO:

OS PELOTÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA NO COMBATE AOS PROBLEMAS DE NATUREZA GEOPOLÍTICA E SECURITÁRIA NA REGIÃO AMAZÔNICA NO SÉCULO XXI

AUTOR: LUCAS VINÍCIUS DE OLIVEIRA ROSA

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado de minha propriedade.

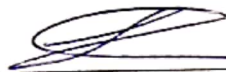
Autorizo o Exército Brasileiro (EB) a utilizar meu trabalho para uso específico no aperfeiçoamento e evolução da Força Terrestre, bem como a divulgá-lo por publicação em periódico da Instituição ou outro veículo de comunicação do Exército.

A Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) poderá fornecer cópia do trabalho mediante ressarcimento das despesas de postagem e reprodução. Caso seja de natureza sigilosa, a cópia somente será fornecida se o pedido for encaminhado por meio de uma organização militar, fazendo-se a necessária anotação do destino no Livro de Registro existente na Biblioteca.

É permitida a transcrição parcial de trechos do trabalho para comentários e citações desde que sejam transcritos os dados bibliográficos dos mesmos, de acordo com a legislação sobre direitos autorais.

A divulgação do trabalho, em outros meios não pertencentes ao Exército, somente pode ser feita com a autorização do autor ou da Direção de Ensino da AMAN.

Resende, 22 de maio de 2023



Assinatura do Cadete

Dados internacionais de catalogação na fonte

R788p ROSA, Lucas Vinícius de Oliveira

Os pelotões especiais de fronteira no combate aos problemas de natureza geopolítica e securitária na região amazônica / Lucas Vinícius de Oliveira Rosa – Resende; 2023. 34 p. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Claudio Magni Rodrigues

TCC (Graduação em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2023.

1. Amazônia. 2. Soberania. 3. Pelotão Especial de Fronteira. 4. Exército Brasileiro. 5. Securitização. I. Título.

CDD: 355

Ficha catalográfica elaborada por Mônica Izabele de Jesus CRB-7/7231

Lucas Vinícius de Oliveira Rosa

**OS PELOTÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA NO COMBATE AOS PROBLEMAS
DE NATUREZA GEOPOLÍTICA E SECURITÁRIA NA REGIÃO AMAZÔNICA NO
SÉCULO XXI**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Orientador: Cel R1 Claudio Magni Rodrigues

Resende
2023

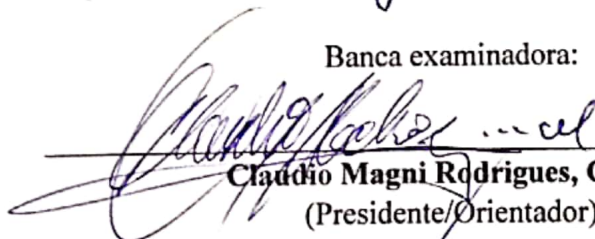
Lucas Vinicius de Oliveira Rosa

**OS PELOTÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA NO COMBATE AOS PROBLEMAS
DE NATUREZA GEOPOLÍTICA E SECURITÁRIA NA REGIÃO AMAZÔNICA NO
SÉCULO XXI**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação
em Ciências Militares, da Academia Militar das
Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito
parcial para obtenção do título de **Bacharel em
Ciências Militares**.

Aprovado em 16 de JUNHO de 2023:

Banca examinadora:



Claudio Magni Rodrigues, Cel R1
(Presidente/Orientador)



Yuri da Costa da Silva, 1º Ten



Filipe Guilherme de Melo Lima, 1º Ten

Resende
2023

Dedico este trabalho aos meus pais e meu irmão, que durante toda a minha vida me incentivaram e me apoiaram em busca dos meus sonhos.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar coragem, força e fé, para suportar os momentos mais difíceis. Aos meus companheiros de turma que sempre estiveram ao meu lado frente a todos os obstáculos, o meu mais sincero obrigado. Gostaria de agradecer, também, a todos os meus instrutores e professores da Academia Militar das Agulhas Negras. Por fim, agradeço à minha família por ser o alicerce da minha vida. Sem seu apoio, nunca conseguiria me tornar Oficial do Exército Brasileiro. Agradeço também ao meu orientador, Coronel Claudio Magni Rodrigues, que dispendeu seu tempo me auxiliando no desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

OS PELOTÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA NO COMBATE AOS PROBLEMAS DE NATUREZA GEOPOLÍTICA E SECURITÁRIA NA REGIÃO AMAZÔNICA

AUTOR: Lucas Vinícius de Oliveira Rosa
ORIENTADOR: Claudio Magni Rodrigues – Cel R1

A Amazônia, maior floresta tropical do mundo, ocupa grande porção do território nacional, possui vastos recursos naturais e outras características que fazem dela um grande alvo tanto para ameaças de cunho geopolítico quanto para ameaças securitárias, como o narcotráfico. O Exército Brasileiro, sendo uma das instituições responsáveis pela manutenção da soberania do território nacional, faz uso de frações especiais nessa região: são os pelotões, destacamentos e companhias especiais de fronteira. O presente trabalho, fruto de pesquisa bibliográfica, tem por objetivo avaliar a atuação dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) no combate aos problemas geopolíticos e securitários na região amazônica. O trabalho se justifica pela importância estratégica do ambiente operacional para o Brasil e a crescente cobiça internacional na região. Para tanto, são apresentadas as principais características do ambiente amazônico, as diversas ameaças à região e o posicionamento Pelotões Especiais de Fronteira e suas principais operações. Além disso, são apresentados alguns conceitos de fronteira e a atuação do Exército Brasileiro nessa região. Por fim, após discussões, foi obtida uma conclusão positiva acerca das capacidades dos PEF. Além disso, o trabalho apresenta uma sugestão de novos estudos relacionados ao assunto.

Palavras-chave: Amazônia. Soberania. Pelotão Especial de Fronteira. Exército Brasileiro. Securitização.

ABSTRACT

THE SPECIAL BORDER PLATOONS IN THE COMBAT AGAINST GEOPOLITICAL AND SECURITY PROBLEMS IN THE AMAZON REGION

AUTHOR: Lucas Vinícius de Oliveira Rosa
ADVISOR: Claudio Magni Rodrigues – Cel R1

The Amazon, the largest tropical forest in the world, occupies a large portion of the national territory, has vast natural resources and other characteristics that make it a major target for both geopolitical and security threats, such as drug trafficking. The Brazilian Army, being one of the institutions responsible for maintaining the sovereignty of the national territory, makes use of special fractions in this region: they are the platoons, detachments and special border companies. The present work, the result of bibliographical research, has the objective to evaluate the Special Border Platoons (PEF) in the fight against geopolitical and security problems in the Amazon region. The work is justified by the strategic importance of the operational environment for Brazil and the growing international greed in the region. To this end, the main characteristics of the Amazonian environment are presented, the various threats to the region and the location of Special Border Platoons and their main operations. In addition, some border concepts and the role of the Brazilian Army in this region are presented. Finally, after discussions, a positive conclusion was reached about the capabilities of the PEF. In addition, the work presents a suggestion for further studies related to the subject.

Keywords: Amazon. Sovereignty. Special Border Platoon. Brazilian Army. Securitization

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Hidrografia da região amazônica	13
Figura 2 - Faixa de fronteira	15
Figura 3 - Comandos Militares de Área	17
Figura 4 - Divisão dos biomas brasileiros	18
Figura 5 - Frações Especiais de Fronteira do CMA	18
Figura 6 - Frações Especiais de Fronteira do CMN	19
Figura 7 - Ampliação do conceito de segurança	21
Figura 8 - Arcos de fronteira	23
Figura 9 - Corredor triplo A	24
Figura 10 - REFRON na fronteira Brasil - Bolívia.....	25
Figura 11 - Garimpo ilegal	28
Figura 12 – Operação Ágata	29

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Bda Inf Sl	Brigada de Infantaria de Selva
CEF	Companhia Especial de Fronteira
CMA	Comando Militar da Amazônia
CMN	Comando Militar do Norte
DEF	Destacamento Especial de Fronteira
EB	Exército Brasileiro
OM	Organização Militar
PEF	Pelotão Especial de Fronteira
PND	Política Nacional de Defesa
END	Estratégia Nacional de Defesa
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
REFRON	Reconhecimento de Fronteira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	OBJETIVOS	12
1.1.1	Objetivo Geral	12
1.1.2	Objetivos específicos	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1	Ambiente amazônico.....	12
2.1.1	Hidrografia.....	12
2.1.2	Recursos minerais.....	13
2.1.3	Densidade demográfica.....	14
2.2	FRONTEIRA	14
2.2.1	Faixa de Fronteira.....	14
2.2.2	Fronteira como limite de território.....	15
2.2.3	Fronteira como lugar.....	16
2.2.4	Fronteira amazônica.....	16
2.3	PELOTÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA	16
2.4	DEFESA NACIONAL	19
2.5	AMEAÇAS	20
2.5.1	Conceito de segurança segundo Barry Buzan.....	20
2.5.2	Ameaças geopolíticas.....	22
2.5.3	Ameaças securitárias.....	26
3	REFERENCIAL METODOLÓGICO	29
3.1	Tipo de pesquisa	29
3.2	Métodos	30
3.3	Instrumento de coleta de dados	30
3.4	Etapas da pesquisa	30
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	31
5	CONCLUSÃO	32
6	REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO:

O Brasil, como o quinto maior país em extensão territorial do planeta e detentor da maior floresta tropical do mundo, deve possuir capacidades que possibilitem a garantia da soberania nacional frente às novas ameaças do século XXI.

A Amazônia legal constitui cerca de 61% do território nacional e abrange 9 Estados brasileiros com a peculiaridade de possuir um vazio demográfico (ocupada por apenas 12% da população brasileira), além de possuir a maior biodiversidade do planeta e aproximadamente 1/5 da disponibilidade da água potável mundial. Com a finalidade de proteger esse bioma tão rico e caro ao Brasil, foram criados os Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) em pontos estratégicos na faixa de fronteira, que têm como missão garantir a soberania do Estado, além de combater os ilícitos transfronteiriços, como o descaminho, o contrabando, o garimpo ilegal e a biopirataria.

Diante do atual contexto mundial, no qual os recursos naturais estão cada vez mais escassos, com a presença de diversos agentes globais, retomada de conflitos entre Estados (vide Guerra entre Rússia e Ucrânia), dentre outras problemáticas, surge a necessidade de ampliar a visão sobre o tema “segurança”. Deixa-se de lado, assim, a visão tradicional, estritamente militar, e também leva em consideração os campos de cunho social, econômico, político e ambiental. É oportuno, portanto, problematizar a seguinte questão: as ações realizadas pelos Pelotões Especiais de Fronteira na região da fronteira Amazônica são suficientes frente às novas ameaças Estatais e não-Estatais no século XXI?

O trabalho justifica-se pela grande importância que a Amazônia tem para o Brasil e para o mundo, uma vez que possui uma elevada quantidade de riquezas tanto hídricas quanto minerais e ocupa a maior parte do território brasileiro. Devido a atualidade do tema e pela grande exposição da floresta Amazônica à mídia, o trabalho ganha grande relevância, pois servirá de fonte de consulta para eventuais trabalhos sobre a problemática em questão, além disso, o trabalho apresenta resultados de operações atuais, que enriquecerá a bibliografia atual (que possui muitos dados desatualizados).

O trabalho está dividido em 5 capítulos, sendo o primeiro a introdução, na qual contém uma breve apresentação sobre o assunto abordado, a exposição do tema e sua delimitação, a formulação do problema, a justificativa, as questões de estudo e os objetivos geral e específicos que o trabalho procura cumprir. O segundo capítulo contém o referencial teórico, no qual são expostos resultados da pesquisa bibliográfica e documental que serviram como base para formular e solucionar o problema proposto. No terceiro capítulo é apresentado o referencial

metodológico, expondo a pesquisa que foi realizada para coletar dados necessários ao trabalho. O quarto capítulo relaciona, por meio das discussões, os resultados da pesquisa com questões pertinentes apresentadas durante os outros capítulos. E, por último, o quinto capítulo tem por objetivo realizar uma breve conclusão sobre tudo o que foi apresentado, sintetizando toda a discussão sobre o tema.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Este trabalho tem como objetivo geral analisar como as ações realizadas pelos Pelotões Especiais de Fronteira contribuem para o combate às ameaças de natureza geopolítica e também às ameaças securitárias, como garimpo ilegal, descaminho, dentre outros.

1.1.2 Objetivos específicos

1. Apresentar algumas características do bioma Amazônia refletindo sobre sua importância geopolítica
2. Definir o conceito de fronteira.
3. Analisar a região sobre a ótica da ampliação do conceito de segurança.
4. Apresentar as frações especiais de fronteira na Amazônia.
5. Apresentar as principais ameaças geopolíticas e securitárias na região.
6. Analisar as operações realizadas pelos pelotões de Infantaria no combate as ameaças à Amazônia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Ambiente Amazônico

Nas próximas seções serão abordadas algumas das características mais importantes do bioma amazônico que o tornam único e disputado no cenário internacional, desde fatores fisiográficos a fatores psicossociais, como a densidade demográfica.

2.1.1 Hidrografia

Uma característica que difere a região amazônica de outras partes do mundo e desperta interesse e olhares internacionais é a sua grande disponibilidade hídrica. A Região Hidrográfica Amazônica é constituída pela bacia hidrográfica do rio Amazonas situada no território nacional, pelas bacias hidrográficas dos rios existentes na Ilha de Marajó, além das bacias hidrográficas

dos rios situados no Estado do Amapá que deságuam no Atlântico Norte (Resolução CNRH n° 32, de 15 de outubro de 2003), perfazendo um total de 3.869.953 km².

A bacia do rio Amazonas é composta pela mais extensa rede hidrográfica do globo terrestre, ocupando uma área total de 6.110.000 km², desde suas nascentes nos Andes Peruanos até sua foz no oceano Atlântico (na região norte do Brasil). Esta bacia continental se estende sobre vários países da América do Sul: Brasil (63%), Peru (17%), Bolívia (11%), Colômbia (5,8%), Equador (2,2%), Venezuela (0,7%) e Guiana (0,2%). Os principais rios que compõem a bacia são os rios Amazonas, Negro, Solimões e Madeira.

Figura 1 - Hidrografia da região amazônica



Fonte: <https://brasildasaguas.com.br>. Acesso em 11 de abril de 2023

2.1.2 Recursos minerais

A região amazônica corresponde a uma das maiores regiões, ainda desconhecidas, com grandes potencialidades para descobertas de minerais. Mais de 40% do território da Amazônia estão na área do pré-cambriano, que apresentam grandes potencialidades para os depósitos minerais de ferro, manganês, cobre, alumínio, zinco, níquel, cromo, titânio, fosfato, ouro, prata, platina e paládio. Um mineral que entrou no foco do mercado internacional atualmente é o Nióbio, devido à sua versatilidade e suas aplicabilidades no ramo tecnológico. A reserva de Nióbio localizada na “cabeça do cachorro”, no município de São Gabriel da Cachoeira (AM) é uma das maiores do mundo, porém, não pode ser explorada comercialmente, pois está localizada em reserva indígena e área de proteção ambiental do Parque Nacional do Pico da Neblina. Essas dificuldades na exploração mineral levam à um dos maiores problemas na região, o garimpo e a exploração mineral ilegal, inclusive por indígenas.

2.1.3 Densidade demográfica

A população na Região Hidrográfica Amazônica, em 2010, era de 9.694.728 habitantes (5,1% da população do País) e a densidade demográfica de apenas 2,51 hab/km². As capitais Manaus, Rio Branco, Porto Velho, Boa Vista, Macapá, bem como os municípios de Santarém (PA) e Sinop (MT), são os centros urbanos que mais se destacam dentre os 304 municípios da Região Hidrográfica Amazônica.

A baixa densidade demográfica reflete também na frágil presença do Estado em diversas áreas da região amazônica, dando margem para o crescimento de “áreas marrons”, que são lugares onde a soberania Estatal é substituída por outro poder paralelo local. Trejos Rosero (2015, p. 40) define “áreas marrons” como espaços em que atores não-estatais, vinculados a práticas e redes ilegais locais e internacionais, acumulam tantos recursos e influências que se sobrepõem às frágeis instituições do Estado. Segundo ele, essas “áreas marrons” acabam se configurando como:

“territorialidades armadas”, entendidas como espaços nos quais o poder institucional não é soberano e onde setores sociais manifestam abertamente o desejo de não se submeter à ordem estatal, resistindo ao seu controle, deixando latente a possibilidade de enfrentá-lo com armas (TREJOS ROSERO, 2015, p. 44).

2.2 FRONTEIRA

Fronteira, em seu sentido mais tradicional, representa o limite entre dois Estados e impede a soberania estrangeira em território nacional. Contudo, com o passar dos anos a evolução das interações humanas e a complexidade e dinamismo das relações geopolíticas, desenvolveram-se outras percepções da expressão “fronteira”. Neste trabalho será dada ênfase às interpretações de fronteira como limite de território e também como lugar.

2.2.1 Faixa de Fronteira:

A faixa de fronteira é definida na Constituição Federal como a área de 150km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional. Alguns instrumentos legais garantem ao Exército poder de polícia nessas regiões, como a LC 97 de 1997, que define que:

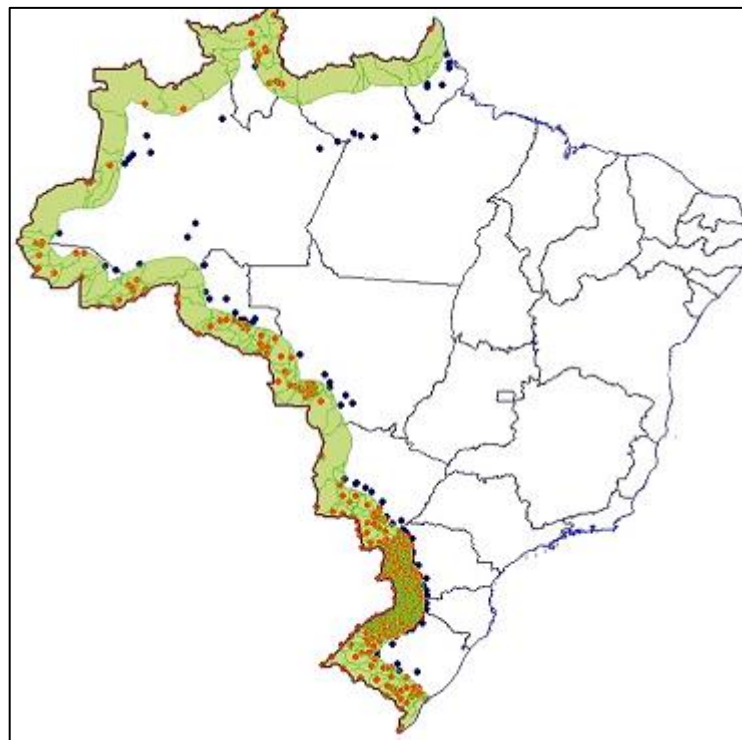
“Cabe ao Exército Brasileiro, além de outras ações pertinentes, [...]: IV - atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, [...]” (Art. 17-A, inciso IV, da Lei Complementar Nr 97, de 09 de junho de 1999) (grifo do autor).

E Em 25 de agosto de 2010, com a LC 136, mais uma evolução dessa construção legal: o poder de polícia, na região da fronteira, foi estendido às demais Forças Armadas:

Art. 16-A. Cabe às Forças Armadas, além de outras ações pertinentes, também como atribuições subsidiárias, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, independentemente da posse, da propriedade, da finalidade ou de qualquer gravame que sobre ela recaia, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de: I – patrulhamento; II - revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e III - prisões em flagrante delito.

Esse arcabouço legal foi uma grande evolução para o emprego das tropas do Exército Brasileiro na fronteira amazônica e essenciais para atuação contra os delitos transfronteiriços.

Figura 2 - Faixa de Fronteira



Fonte: IBGE

2.2.2 Fronteira como limite de território:

A fronteira, em sua acepção mais corrente, é definida pela gramática tradicional brasileira como “parte extrema de uma área, região etc., a parte limítrofe de um espaço em relação a outro” (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa); “extremidade dum país ou região do lado onde confina com outro; limite, raia” (Dicionário Aurélio); “linha divisória entre territórios ou países; divisa; limite” (Caldas Aulete). Nesse sentido, a fronteira pode ser entendida como o limite territorial entre dois Estados, limitando a Soberania de um Estado sobre outro. A partir de agora, o termo fronteira como limite de território será tratado como “*border*”.

2.2.3 Fronteira como lugar:

Nesta segunda definição de fronteira, a trataremos como um lugar de transição, e não mais como uma linha, um limite, uma delimitação. Como define Vargas:

“A fronteira, mais do que tão somente apartar, tem também o condão de unir povos vizinhos. Para além de sua caracterização como limite territorial, pode ser compreendida como um lugar, um espaço vivenciado em comum pelas pessoas de uma comunidade fronteiriça em suas atividades cotidianas de trabalho, lazer, estudo, convívio familiar e negócios.”

Esse tipo de fronteira se refere à noção de periferia, a regiões distantes, e pouco exploradas. Do ponto de vista político, corresponde a porções do território nacional com escassa presença do Estado, pouco desenvolvidas, e ainda não totalmente povoadas nem controladas pelo poder central. Nesse caso, a principal preocupação militar diz respeito à garantia do exercício soberano do Estado e, conseqüentemente, do monopólio legítimo da violência em territórios remotos. Sempre que nos referirmos à fronteira nesse sentido, iremos tratá-la pelo termo “*frontier*”.

2.2.4 Fronteira Amazônica:

Pelas peculiaridades do ambiente amazônico (região rica em recursos naturais, vazios demográficos, pouca presença do Estado etc.), a fronteira amazônica frequentemente pode ser interpretada tanto no sentido de *border* quanto no sentido de *frontier*; além disso, quanto à natureza, as ameaças presentes no arco fronteiriço amazônico podem ser classificadas tanto como securitárias quanto geopolíticas. Com relação a gravidade e o tipo das ameaças, vêm mudando com o passar dos anos, desde a implementação das primeiras colônias militares nos anos de 1850, até os dias atuais com a implementação de novas frações de fronteira como os Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) e Destacamentos Especiais de Fronteira (DEF).

2.3 Pelotões Especiais de Fronteira

O Pelotão Especial de Fronteira (PEF) é uma Organização Militar (OM) peculiar dentro do Exército Brasileiro, que muitas vezes é destacada das demais OM da região. Os PEF na região Amazônica têm o objetivo de implementar estratégias de presença na Amazônia brasileira. De acordo com as palavras do General Rodrigo Otávio:

Árdua é a missão de defender e desenvolver a Amazônia. Muito mais árdua, porém, foi a de nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la. Hoje, essas palavras motivam aqueles que servem na Amazônia, desde as capitais até seus limites mais remotos. Pessoas simples vivem nas proximidades ou dentro de um PEF e se entusiasma com os desafios do dia-a-dia. Esses brasileiros, militares e civis, guarnecem as fronteiras e fortalecem a soberania brasileira na região, a despeito de todas as dificuldades. (VERDE OLIVA, 2006, p. 41).

Confrontando as áreas de responsabilidade dos Comandos Militares de Área (figura 3) com a divisão dos biomas brasileiros segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (figura 4), fica evidente que praticamente todo o bioma Amazônico está dentro das Áreas do Comando Militar da Amazônia (CMA) e do Comando Militar do Norte (CMN). Por isso, para entender a distribuição e a organização dos PEF na região amazônica, torna-se necessário, antes, entender a organização das OM subordinadas ao CMA e ao CMN.

Figura 3 - Comandos Militares de Área



Fonte: Negreiros (2017)

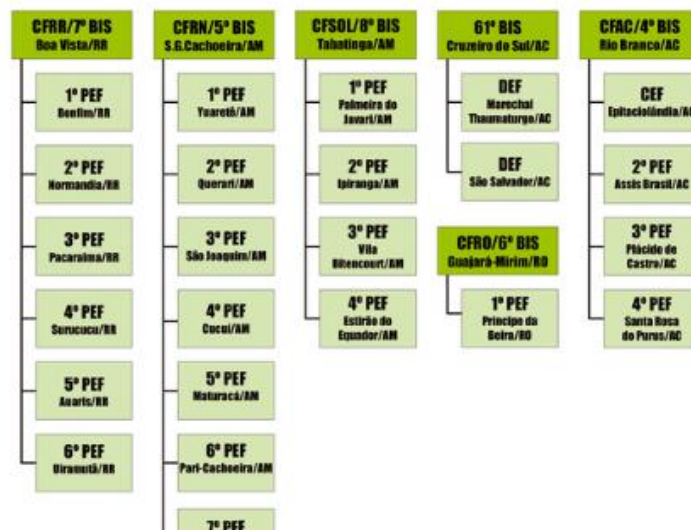
Figura 4 – Divisão dos Biomas Brasileiros



Fonte: IBGE (2004)

Criado em 27 de outubro de 1956, em Belém/PA, pelo Decreto N 40.179, o CMA nasce com a missão de garantir a segurança de toda a Amazônia Legal. Atualmente, o CMA é composto por 4 brigadas de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI, 2ª Bda Inf SI, 1ª Bda Inf SI e 17ª Bda Inf SI) e distribuídos nessas 4 brigadas estão 21 PEF, 2 Destacamentos Especiais de Fronteira (DEF) e uma Companhia Especial de Fronteira (CEF).

Figura 5: Frações Especiais de Fronteira do CMA



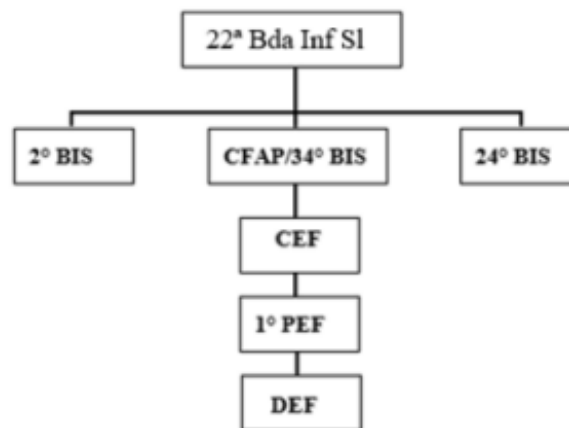
Fonte: Exército Brasileiro (2020)

O CMN foi criado fruto do processo de reestruturação do Exército e também do cenário político da época, que tornava necessária a divisão entre a Amazônia Ocidental e a Amazônia Oriental. A partir da criação do CMN, o CMA passaria a ser responsável pela Amazônia Ocidental e o CMN pela Amazônia Oriental.

“As mudanças que marcaram a história recente do país provocaram o estabelecimento de diferenças marcantes entre as realidades econômicas, sociais, ambientais, políticas e estratégicas das Amazonas Ocidental e Oriental. Em consequência, como reconhecimento da importância de Belém e de sua área de influência, ativa-se, nesta data, o Comando Militar do Norte. Rompem-se, portanto, os vínculos que por séculos identificaram e uniram toda a estrutura militar terrestre na Amazônia.” – Comandante do Exército à época, General de Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, em 26 de junho de 2013.”

O CMN é composto por 2 Brigadas de Infantaria de Selva (22ª Bda Inf SI e 23ª Bda Inf SI) e 3 frações especiais de fronteira, sendo 1 PEF, 1 DEF e 1 CEF, sediados na 22ª Bda Inf SI.

Figura 6 – Frações Especiais de Fronteira no CMN



Fonte: Autor (2023)

2.4 Defesa Nacional

O relevante crescimento do Brasil nos últimos anos do século XX, demandou do país uma série de reformulações, principalmente no que tange à Defesa e Segurança; para tanto, foi criada, em 1996, a Política Nacional de Defesa (PND), que posteriormente levou à criação do Ministério da Defesa em 1997, Estratégia Nacional de Defesa (END) em 2008 e do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) em 2012. Esses são os documentos que atualmente norteiam a Defesa Nacional, incluindo a região amazônica.

A versão mais atualizada da PND (2020) revela que o país vem aumentando sua preocupação na região da Amazônia brasileira:

“A enorme extensão territorial da Amazônia brasileira, sua baixa densidade demográfica e as dificuldades de mobilidade na região, bem como seus recursos

minerais, seu potencial hidro energético e a valiosa biodiversidade que abriga, exigem a efetiva presença do Estado, com vistas à sua defesa e à sua integração com as demais regiões do País, contribuindo para o desenvolvimento nacional. ... Do ponto de vista da Defesa, além das regiões onde se concentram os poderes político e econômico, deve-se dar prioridade à faixa de fronteira, à Amazônia e ao Atlântico Sul.”

Além de definir a região como prioridade na Defesa Nacional, os documentos citados dão diretrizes para se atingir esses objetivos, principalmente com o LBDN e END. “Cabe, ainda, ao Exército, ações na faixa de fronteira, contra delitos transfronteiriços e ambientais [...] executando, dentre outras, as ações de: patrulhamento; revista de pessoas e prisões em flagrante delito.” (Livro Brasileiro de Defesa Nacional, 2020, pág. 75). Além de prever a implementação de projetos que irão contribuir para o desenvolvimento e segurança na região, como o projeto Amazônia Protegida:

“Projeto Amazônia Protegida – conjunto de ações estruturantes voltado especificamente para o fortalecimento da presença militar terrestre na Amazônia. Prevê a implantação progressiva de novos Pelotões Especiais de Fronteira, além da modernização dos existentes. Também estabelece ações para o fortalecimento da estrutura operacional e logística do Comando Militar da Amazônia, Comando Militar do Norte e Comando Militar do Oeste. O projeto tem ligação com o Programa Calha Norte, coordenado pelo Ministério da Defesa.” (LBDN, 2020, pág. 143).

É notório que, a Política Nacional de Defesa, dentre outros aspectos, prioriza a Amazônia pela sua importância estratégica, dando ênfase à presença do Exército, ao longo da fronteira dessa região, como condição necessária para a conquista de objetivos de estabilização, de preservação e de promoção do desenvolvimento da região, com a implementação de diversos projetos e previsão de implementação de novos Pelotões Especiais de Fronteira.

2.5 Ameaças.

Nas próximas seções serão abordadas a ampliação do conceito de segurança e securitização de novos temas, como o meio ambiente, e serão analisadas tanto as novas ameaças criadas a partir dessa ampliação acerca do tema, quanto as ameaças estatais tradicionais.

2.5.1 Conceito de segurança segundo Barry Buzan

Tradicionalmente, a discussão acerca de “segurança” esteve quase sempre relacionada aos conceitos de poder e paz *westfaliana*, tendo origem na relação entre os Estados Nacionais e no sentido tradicional de soberania, alinhado às capacidades de tomar decisões sobre a garantia de seus interesses básicos, como o desenvolvimento nacional e segurança. A cadeira de Geopolítica da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) define que: “Nesse contexto, a busca pela segurança nacional se traduz na tentativa de se obter uma condição relativa de

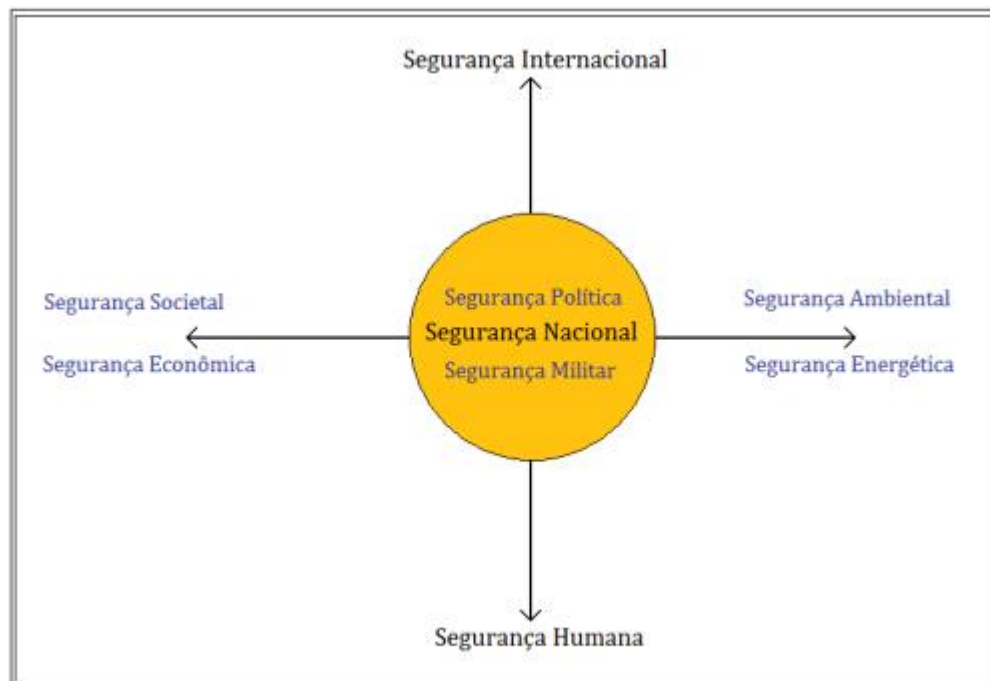
proteção coletiva e individual dos membros de uma sociedade contra ameaças plausíveis à sua sobrevivência e autonomia.”

Com a evolução dos conflitos e aparecimento de novos atores internacionais, a partir do término da Guerra Fria, houve uma evolução no pensamento acerca do conceito de segurança, além do seu sentido tradicional de natureza político-militar. No início dos anos 90, Barry Buzan sugeriu três novos setores, notadamente societal, ambiental e econômico.

A segurança econômica se refere ao acesso a recursos, financiamentos e mercados necessários para manter níveis aceitáveis de bem-estar e poder estatal. A segurança da sociedade se refere à sustentabilidade dentro de condições aceitáveis da evolução, dos padrões tradicionais de língua, cultura e religião e identidade nacional e costumes. A segurança ambiental se refere à manutenção da biosfera local e global como sistema essencial de sustentabilidade da qual dependem todas as atividades humanas (BUZAN, 1991, p. 19-20).

Além da securitização de outros temas além dos políticos militares, Buzan também sugere uma perspectiva diferente da postura mais estadocêntrica (na qual o Estado-Nação é a referência principal). A perspectiva aprofundada de segurança aponta também outros agentes, como, por exemplo, o próprio indivíduo (segurança humana) e Organizações não Governamentais (segurança internacional).

Figura 7 - Ampliação do conceito de segurança



Fonte: Marques; Medeiros Filho (2011).

A securitização de novos setores como o ambiental, societal, energético, dentre outros, se aplica perfeitamente à região amazônica, não só face ao novo escantilhão de ameaças, como

também para fazer frente às ameaças tradicionais. No capítulo seguinte abordaremos essa situação na fronteira amazônica.

2.5.2 Ameaças Geopolíticas

No que diz respeito às ameaças do tipo *border* vale ressaltar que, historicamente, o Brasil dedicava pouca importância para possíveis ameaças Estatais na fronteira amazônica. Até cerca de 1980, as atenções dos militares brasileiros estavam voltadas para o arco sul da fronteira, num contexto genuinamente geopolítico, onde a Argentina figurava como protagonista. Mário Travassos, um dos pioneiros do pensamento geopolítico brasileiro, escreve no início de 1930, que uma das principais preocupações entre os militares brasileiros era o avanço das comunicações argentinas sobre o continente sul-americano e diante disso, ele propõe a projeção do Brasil em direção ao altiplano andino, considerado por ele o *heartland* sul-americano, representado pelo triângulo Cochabamba (andina), Sucre (platina) e Santa Cruz (Amazônica) (TRAVASSOS, 1938, p. 142).

Tendo como base a divisão da Faixa de Fronteira em três arcos (Norte, Central e Sul), proposta pelo Ministério da Integração Nacional (figura 8), pode-se dizer que a prioridade estratégica brasileira até o início dos anos 1980 foi a fronteira Sul (grande parte pelas disputas na Bacia Platina). Após um processo de distensão nos anos 1980, a prioridade estratégica vai deixando de ser a fronteira Sul e paulatinamente os militares brasileiros vão mudando o foco para a região amazônica.

Figura 8- Arcos de fronteira



Fonte: Adaptado de Brasil (2005b, p. 53)

No ambiente amazônico, grande parte dos problemas geopolíticos ou problemas de *border*, que afetam a soberania do Estado no sentido *westfaliano*, estão relacionados aos recursos naturais da região frente à cobiça internacional. A seguir, segue a análise dos vários problemas geopolíticos na Amazônia. Segundo Medeiros Filho (2020):

“No caso específico da Amazônia, entretanto, duas peculiaridades devem ser ressaltadas. A primeira, que potencializa esse tipo de preocupação, diz respeito à abundância de recursos naturais presentes na região (água, diversidade de flora e fauna, minerais raros etc.) que confere ao seu território um caráter estratégico. A segunda peculiaridade, por razões geográficas (imensidão) e históricas (trata-se de ex-colônias, cujas fronteiras foram traçadas de forma amistosa), diz respeito ao fato de que os vizinhos não se percebem como ameaça mútua.”

Atualmente, diversos eventos têm aumentado a discussão sobre a cobiça Internacional da Amazônia, como a proposta de um corredor internacional de preservação, conhecido como Corredor Triplo A (Andes-Amazônia-Atlântico). A proposta do corredor abrange o Estado do Amapá, parte do Pará, Roraima e grande parte do Amazonas, incluindo cidades como Santarém, Manaus e Tefé (Figura 9). Sua justificativa é que esta iniciativa visa proteger a maior floresta do mundo e combater problemas climáticos.

Figura 9 - Corredor triplo A



Fonte: Fundação Gaia Amazonas. Fonte <<https://www.oeco.org.br/reportagens/triplo-a-o-controverso-corredor-ecológico-que-ligaria-os-andes-ao-atlantico/>>. Acesso em 02 de março de 2023.

Muitas autoridades já demonstraram preocupação com o Corredor Triplo A, e consideram essa iniciativa uma ameaça à soberania e aos interesses nacionais; uma dessas autoridades é o General de Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, antigo comandante do Exército Brasileiro (2015-2019), que externa sua preocupação na seguinte declaração:

“Você sabe o que é “Corredor Triplo A”? É uma questão de soberania! Minha missão como Comandante do exército oficial, preocupado com interesses nacionais, é indicar os riscos dessa proposta para o país. Precisamos discutir profundamente com a sociedade. NOSSA SOCIEDADE!”

Essa discussão vem tomando força ultimamente e, recentemente, o Presidente da França Emmanuel Macron declarou em sua reunião do G7, em 2019, que considera conferir um “status internacional” à floresta amazônica caso os líderes regionais tomem decisões que vão de encontro aos interesses mundiais, sugerindo que a área, hoje sobre controle do Brasil, ficaria sob gestão internacional.

“É um caminho que permanece aberto e continuará a florescer nos próximos meses e anos”. “A questão é tal no plano climático que não podemos dizer ‘Este é um problema só meu’. É o mesmo para aqueles que têm espaços glaciais em seu território ou que impactam o mundo inteiro.”

A tendência é que a discussão do assunto não só continue nos próximos anos, como aumente conforme os recursos, principalmente hídricos e minerais, vão se tornando cada vez mais escassos.

Para o combate a esses tipos de ameaça, os pelotões especiais de fronteira realizam operações de patrulha de Reconhecimento de Fronteira (REFRON), que têm como objetivo intensificar a vigilância das regiões de fronteira pelo Exército, possibilitando a constante presença do soldado brasileiro em qualquer parte do território nacional. O REFRON está previsto no Programa Padrão de Instrução dos PEF (EB70-PP-11.013):

“O instrutor deverá apresentar aos instruídos a organização de uma patrulha de REFRON em pessoal e material e passar o conhecimento do amparo legal desse tipo específico de missão. Deverão ainda ser apresentados os principais problemas que a patrulha poderá enfrentar quando em uma missão de REFRON (delitos transfronteiriços e ambientais, contato com estrangeiros, brigas entre povos indígenas, sobrevoo de aeronaves sem autorização em área restrita etc.) e os limites da faixa de fronteira. O tempo deverá ser distribuído na seguinte proporção: 1/3 de instruções teóricas e 2/3 de demonstrações. Na parte teórica deverão ser apresentados fotos e vídeos dos delitos transfronteiriços e ambientais da região. Nas demonstrações, deverão ser simulados os principais problemas que poderão ser enfrentados por uma patrulha de REFRON”.

Durante o REFRON a patrulha infiltra dezenas de quilômetros por meio de ambiente amazônico verificando a possível presença de tropas estrangeiras em território brasileiro, bem como delitos fronteiriços, e o previsto no PP é de um REFRON mensal para cada pelotão especial de fronteira.

Figura 10 - REFRON na fronteira Brasil - Bolívia



Fonte: Exército Brasileiro (2021)

Além dos REFRON, o exército vem realizando nos últimos anos (de 2020 a 2022) exercícios de grande envergadura na região, como a “Operação Amazônia”, que mobilizou em 2020 mais de 3800 militares de diferentes Estados, tropas paraquedistas e de operações

especiais. No contexto da Operação, as tropas atuam em uma situação de Defesa Externa e contra Forças Irregulares. A grande mobilização de meios e pessoal, inclusive, com utilização do sistema ASTROS, sistema de lançadores múltiplos de foguetes fabricado pela empresa brasileira Avibras, que se deslocou cerca de 3600 km apenas para o exercício, contribuem para a projeção de poder do Exército na região e auxiliam a desestimular quaisquer ações estrangeiras na área, além de manter as tropas adestradas e aptas a operar em ambiente amazônico.

“Realizado dentro da previsão orçamentária destinada ao preparo da Força Terrestre, o exercício permitiu treinar 3.600 profissionais em ambiente de selva e atestar as capacidades logísticas e operacionais da Força Terrestre, além de contribuir para a evolução da doutrina de Defesa do País. Um ganho imensurável! Os equipamentos mais modernos foram reunidos na região, colocando à prova a capacidade logística de concentração desses meios. Um exercício que proporcionou o trabalho conjunto de diferentes tropas: selva, paraquedista, aviação, artilharia, operações especiais, saúde e logística” (Centro de Comunicação Social do Exército, 2020).

2.5.3 Ameaças Securitárias:

A dimensão securitária dos problemas amazônicos diz respeito ao desafio de preservar a soberania doméstica sobre o vasto território brasileiro. Essas preocupações são advindas menos de ameaças estritamente militares e mais de problemas relacionados à carência do Estado - capacidade de prover serviços básicos à população local -, e incapacidade de exercer o império da lei, aliado à criminalidade transnacional, características das áreas marrons, já apresentada neste trabalho.

A América do Sul, conseqüentemente também o Brasil, vivem o que alguns autores classificam como “Paradoxo Sul-Americano”, isto é, apesar de não possuir guerras formais, enfrenta grande quantidade de mortes gerada por violência. A última guerra formal no subcontinente sul-americano ocorreu em 1941, entre Equador e Peru. Desde então, a região experimenta a não existência de conflitos interestatais, bem como o desenvolvimento de canais de prevenção e resolução de controvérsias. Todavia, assuntos como o narcotráfico, a prostituição, o comércio ilegal de armas e a violência estrutural, entre outros, permanecem sendo um desafio à relativa estabilidade regional.

Pode-se destacar como fator contribuinte para o aumento da criminalidade transnacional na Amazônia, o aumento dos conflitos internos na Colômbia a partir de meados de 1980, pois como define Martín Moreno (2017, p. 98-9):

“Naquele país, o crescimento da violência advinda de diferentes grupos armados (guerrilhas, autodefesa, narcotraficantes etc.), conjugado com a fragilidade estatal e alto grau de corrupção social, conduziu à perda do controle de porções territoriais, levando à uma espécie de renúncia tácita ao exercício do monopólio de armas pelo Estado colombiano em alguns territórios da geografia nacional.”

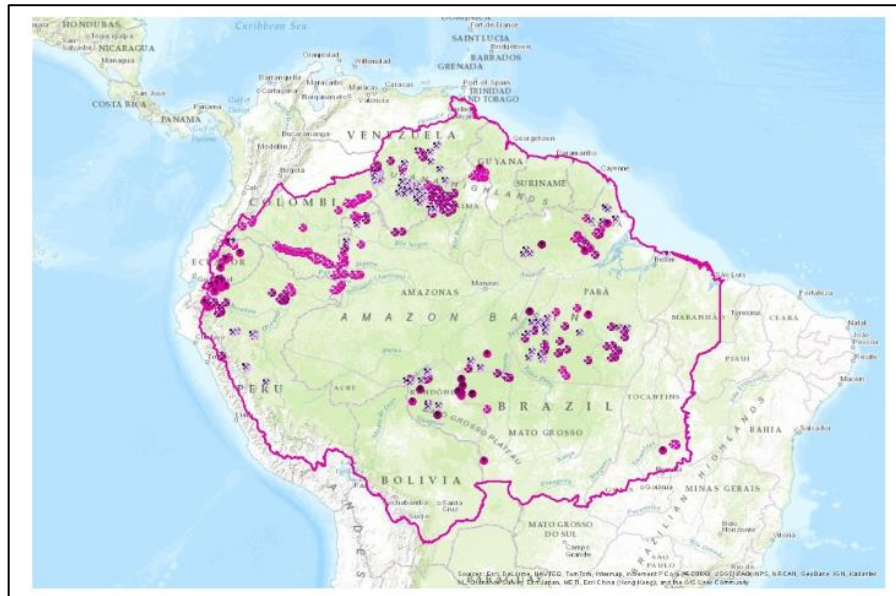
Esse crescimento de grupos criminosos transnacionais, como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), foi tão grande que levou à invasão do território nacional no começo dos anos 1991, quando um grupo de cerca de 40 guerrilheiros das FARC atacou um destacamento do Exército Brasileiro às margens do rio Traíra, no Estado do Amazonas. Como resultado, dos 17 militares brasileiros no local, 3 morreram e 9 ficaram feridos.

“Os guerrilheiros deixaram o local levando armas e equipamentos. A função do destacamento era coibir o garimpo ilegal na região da Serra do Traíra, que atraía garimpeiros brasileiros e colombianos. As operações nos garimpos tinham envolvimento das FARC e como as ações do destacamento dificultavam as atividades ilícitas na região as FARC planejaram o ataque ao destacamento brasileiro (Pinheiro, Mendel, 1995).”

Imediatamente, as Forças Armadas Brasileiras, autorizadas pelo então Presidente Fernando Collor de Mello, e com o apoio do Presidente colombiano César Gaviria Trujillo, deflagraram secretamente a Operação Traíra, com o objetivo de recuperar o armamento roubado e desencorajar novos ataques. O resultado foi a recuperação de grande parte dos armamentos roubados e inúmeros guerrilheiros mortos. Após o incidente do Rio Traíra e seus desdobramentos e retaliações, outros eventos com organizações criminosas transnacionais continuam a acontecer na faixa de fronteira, devido à perda do monopólio da violência por parte dos Estados nacionais e sua aquisição por parte de grupos não estatais, que é uma das características dos conflitos modernos (Visacro, 2020). Em 1 de Maio de 2020, por volta das 18 horas, um grupo de traficantes atacou o destacamento do Exército de Ilha das Flores, no município de São Gabriel da Cachoeira-AM, para conseguir passar com um carregamento de drogas. Dos 25 militares da guarnição, 1 morreu alvejado pelos traficantes. Dias antes, em 22 de abril de 2020, no âmbito de uma Operação Escudo, os militares do Exército haviam feito uma apreensão significativa de drogas (Fato Amazônico, 2020).

Outro problema que há anos assola a região Norte do Brasil é a atividade de garimpo ilegal. Segundo pesquisa do MapBiomias (Projeto de Mapeamento Anual do Uso e Cobertura da Terra no Brasil), em 10 anos a atividade avançou 495% em terras indígenas e 301% em unidades de conservação ambiental. Segundo dados da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG), de 2020, grande parte dos garimpos ilegais mapeados estão em Roraima e estados fronteiriços, além de ocuparem a faixa de fronteira com a Venezuela, Colômbia, Guiana e Guiana Francesa.

Figura 11 - Garimpo Ilegal



Fonte: Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG).

Vários órgãos de segurança trabalham em conjunto para combater o garimpo ilegal na região; em especial, podemos destacar o trabalho do Exército com a Operação Ágata, criada para prevenir e reprimir a ação de criminosos na divisa do Brasil com dez países sul-americanos. Para o combate a esse tipo de ameaça, o Ministério da Defesa instituiu a Operação ÁGATA, destinada ao combate aos crimes previstos na LC 97/99, na faixa de fronteira, atendendo aos princípios de máximo uso de informações de inteligência, emprego pontual de pequenos efetivos, aproveitamento da surpresa e presença seletiva de outros órgãos e agências.

“Desde 2011, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) coordena uma ação de grande escala com o objetivo de fortalecer a segurança dos quase 17 mil quilômetros de fronteiras terrestres do Brasil. Trata-se da Operação Ágata, que integra o Plano Estratégico de Fronteiras do Governo Federal, criado para prevenir e reprimir a ação de criminosos na divisa do Brasil com dez países sul-americanos. Ao longo da operação, militares da Marinha, do Exército e da Força Aérea Brasileira realizam missões táticas destinadas a coibir delitos como narcotráfico, contrabando e descaminho, tráfico de armas e munições, crimes ambientais, imigração e garimpo ilegais. As ações abrangem desde a vigilância do espaço aéreo até operações de patrulha e inspeção nos principais rios e estradas que dão acesso ao país. Além da Defesa, a Ágata envolve a participação de 12 ministérios e 20 agências governamentais. O planejamento e a mobilização são feitos de forma integrada, com articulação contínua entre militares das Forças Armadas e agentes de segurança pública nos níveis federal, estadual e municipal.” (Ministério da Defesa, 2013).

Segundo dados do Ministério da Defesa, durante a última edição da Operação Ágata Norte (2022) foram apreendidos 309 kg de cocaína, 2.850 kg de pescado, 218 m³ de madeira, 7.600 caixas de cigarro, 77 embarcações, 20 veículos, 13 armas, 188 munições, 5 motosserras, e 1.200 litros de combustível. Também foi interceptada uma embarcação que transportava 26

kg de maconha e 600 pílulas de ecstasy, sendo encontradas 12 pessoas de origem cubana que saíram do Suriname em direção ao Brasil.

Figura 12 - Operação Ágata



Fonte: CMA (2021)

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

3.1 Tipo de pesquisa

Para a produção deste trabalho foi realizada uma pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa, diferentemente da quantitativa, foca na análise subjetiva, deixando pra trás técnicas estritamente estatísticas para a resolução do problema. Quanto ao procedimento utilizado para coleta de dados, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa documental se assemelha muito à bibliográfica, porém a primeira utiliza fontes primárias e a segunda utiliza fontes secundárias. São exemplos de fontes primárias: documentos oficiais, publicações parlamentares e publicações jurídicas. Dentre as fontes secundárias podemos elencar: livros, revistas, monografias, teses e dissertações.

3.2 Métodos

Para a pesquisa utilizou-se o método Indutivo, que se baseia na generalização de propriedades comuns a um certo número de casos observados. No método Indutivo há um sacrifício da precisão do conhecimento, em detrimento da ampliação dos conceitos que o geraram. Durante a criação do conhecimento pelo método Indutivo, são realizadas três ações: Observação dos fenômenos, descoberta da relação entre eles e generalização da relação.

3.3 Instrumento de coleta de dados

O instrumento utilizado, devido à diversidade de fontes bibliográficas consultadas, foi o fichamento. O fichamento é um modo de se armazenar informações necessárias para o bom desenvolvimento de um trabalho acadêmico, sem depender exclusivamente da memória para armazenar todos os conhecimentos obtidos.

3.3 Etapas da Pesquisa

Etapa 1: Pergunta Inicial:

As ações realizadas pelos Pelotões Especiais de Fronteira na região da fronteira Amazônica são suficientes frente às novas ameaças? A partir dessa pergunta inicial, foi iniciada a busca de documentos para a resolução do problema.

Etapa 2: Exploração:

Para a aquisição de dados para a construção do trabalho foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfica e documental.

Etapa 3: Questões a serem levantadas:

Após a delimitação da problemática e coleta de dados, foram levantadas outras questões que ajudaram a solucionar o problema proposto. São elas: verificar a relevância geopolítica da Amazônia; Análise das possíveis ameaças na região; Análise das ações empreendidas pelos PEF.

Etapa 4: Tratamento e análise de dados e Redação:

Por fim, foi feito um sumário provisório, de modo a orientar o desenvolvimento da pesquisa, Identificação das fontes e redação do trabalho em si.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Analisando todos os dados apresentados no capítulo 2, podemos observar a riqueza de recursos naturais e minerais presentes na região amazônica que, aliado à escassez de recursos crescente no século XXI, à baixa densidade demográfica e a reduzida presença do Estado, faz da região um local de grande cobiça internacional. Além das ameaças de cunho Estatal relacionadas aos recursos naturais e a partir da ampliação do conceito de segurança de Barry Buzan, em especial a securitização do tema ambiental e societal, tornam-se necessárias ações contra o narcotráfico internacional que veio se proliferando na área nestes últimos anos.

A simples presença do Estado nas regiões mais afastadas do território nacional, personificada nos Pelotões Especiais de fronteira espalhados estrategicamente na faixa de fronteira, já é um fator que ajuda a coibir os delitos na região como o descaminho, contrabando e garimpo ilegal, além de fornecer à população local um amparo mínimo. Contudo, apesar de coibir esses crimes, a simples presença não é suficiente, por isso a necessidade de operações como as diversas Operações Ágata, que em sua última edição, em 2022, foram empreendidas ações que culminaram na maior apreensão de minério já realizada no Brasil.

Os resultados das operações são expressivos, porém estas operações são esporádicas e, pelo tamanho da faixa de fronteira terrestre brasileira, torna-se evidente que elas deveriam ser mais frequentes. Somando-se a estas operações, está a evolução do arcabouço legal para atuação das Forças Armadas, em especial o Exército Brasileiro, na faixa de fronteira, que permite aos PEF combater com mais eficiência os delitos transfronteiriços.

Para fazer frente às ameaças de internacionalização, e uma possível intervenção de outros Estados na Amazônia (como já demonstrou interesse a França), as frações de fronteira realizam esporadicamente os reconhecimentos dos marcos de fronteira. As patrulhas de REFRON possibilitam a constante presença do soldado brasileiro em qualquer parte do território nacional, realizando a manutenção dos marcos e verificando possível alteração de limites fronteiriços, garantindo a soberania nacional. Além disso, as operações como a Operação Amazônia, ocorrida nos anos de 2021 e 2022, além de adestrar as tropas para atuação em caso de defesa externa, em ambiente amazônico, ajudam na projeção do poder do exército na região, bem como auxiliam a inibir qualquer atuação militar dos países vizinhos, devido à grande movimentação de tropas, meios, aeronaves e tropas especializadas, como elementos de operações especiais.

A partir dos resultados é possível, portanto, afirmar que, apesar de não serem capazes de resolver 100% dos problemas na fronteira amazônica, tanto pelas capacidades, quanto pela

imensidão da faixa de fronteira, os PEF são fundamentais e contribuem de maneira positiva para a manutenção da soberania do Brasil. Ademais, a última edição do LBDN prevê a implantação progressiva de novos PEF na região, dada sua importância estratégica.

5 CONCLUSÃO

O referencial teórico deste estudo permitiu entender por que o Brasil é alvo de cobiça internacional, das responsabilidades do Exército na faixa de fronteira e como a ampliação do conceito de segurança, de Barry Buzan, identificou que a segurança tradicional (político-militar) não atende completamente o conceito “segurança”, sendo necessário expandi-lo para outros campos (societal, econômico e ambiental). O Exército Brasileiro, que tem como missão legal a defesa da pátria, utiliza os Pelotões Especiais de Fronteira para fazer frente às ameaças na região. A partir das pesquisas bibliográficas, pode-se notar que as principais ameaças à Amazônia (narcotráfico e discurso intervencionista de potências mundiais) são combatidas pelas diversas Operações de REFRON e Operação Ágata, que ocorrem anualmente. Além das operações realizadas pelos PEF, a simples presença deles ajuda a mitigar essas ameaças, e é previsto no LBDN a ampliação dos PEF na faixa de fronteira.

Dado o exposto acima, respondemos ao objetivo geral deste trabalho, pois fica evidente que os PEF possuem uma grande importância no combate às ameaças na região, todavia, é importante observar que dada a importância estratégica da região em tese, é necessário buscar uma ampliação das frações presentes na fronteira, além de intensificar os REFRON e operações de combate aos ilícitos transfronteiriços na região.

Este trabalho apresenta dados atualizados sobre apreensões realizadas nas Operações Ágata em sua última edição (2022), servindo de fonte de consulta para futuras pesquisas acerca do tema. Por fim, na opinião deste autor, uma sugestão para novos estudos nesta linha de pesquisa seria a realização de entrevistas com a população local. Durante a realização do trabalho foi possível notar uma certa carência de fontes que exponham a opinião da população sobre a atuação dos PEF na região. A criação de trabalhos baseados em entrevistas, contribuiria sobremaneira, para novas discussões sobre o tema.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Exército. Estratégia da presença: antigos conceitos, novas ideias. Brasília, DF: Centro de Estudos Estratégicos do Exército, 2015

BRASIL. Exército. O processo de transformação do Exército. 2. ed. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2010.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília, DF: Secretaria de Programas Regionais, 2005b.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1 jul. 2005a. Disponível em: <https://bit.ly/37DiMFh>. Acesso em: 04 abr. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mais Informações sobre a Amazônia Legal. Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia. Disponível em <www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cindra/amazonia-legal/mais-informacoes-sobre-a-amazonia-legal>. Acesso em 04 abr. 2023.

Chico Mendes. **Memorial Chico Mendes**. Disponível em <www.memorialchicomendes.org/chico-mendes/>. Acesso em 04 abr. 2023.

DA-GLORIA, Pedro; PIPERATA, Barbara A.. **Modos de vida dos ribeirinhos da Amazônia sob uma abordagem biocultural**. Cienc. Cult., São Paulo , v. 71, n. 2, p. 45-51, Abr. 2019. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000967252019000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 abr. 2023.

DINIZ, E. O Projeto Calha Norte: antecedentes políticos. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FILHO, Oscar Medeiros. Desafios do Exército Brasileiro nas fronteiras amazônicas: entre a border e a frontier. Coleção Meira Mattos, Rio de Janeiro, v. 14, ed. 49, p. 77-97, janeiro 2020. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/RMM/article/view/2965/2681>. Acesso em: 9 maio 2023.

FRANCHI, T. Da conquista do inferno verde à proteção do paraíso tropical: o discurso militar brasileiro sobre a Amazônia no século XX. 2013. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013

INSTITUTO PEABIRU. “O peconheiro” Diagnóstico das condições de trabalho do extrativista de açaí. **Relatório final para o Programa Trabalho Seguro**. Belém: 2016. Disponível em <institutopeabiru.files.wordpress.com/2017/09/160915-o-peconheiro-diagnostico-acai.pdf>. Acesso em 04 abr. 2023.

MORIM, Júlia. Piaçabeiros. Pesquisa Escolar Online, **Fundação Joaquim Nabuco**, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>> Acesso em 04 abr. 2023.

PNUMA/OTCA. Perspectivas do Meio Ambiente na Amazônia: **Geo Amazônia**. 2008. Disponível em <www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/_arquivos/geoamazonia_28.pdf>. Acesso em 04 abr. 2023.

TRAVASSOS, M. Projeção continental do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

TREJOS ROSERO, L. F. T. El lado colombiano de la frontera colombo-brasilera: una aproximación desde la categoría de área sin ley. *Estudios Fronterizos*, Mexicali, v. 16, n. 31, p. 39-64, 2015.

VARGAS, F. A. Formação das fronteiras latino-americanas. Brasília, DF: Funag, 2017.